

# Constituinte recebe as propostas das crianças

Mais de 200 crianças invadiram o Congresso Nacional ontem, para entregar ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, um documento da Comissão Nacional Criança e Constituinte contendo as propostas e reivindicações do menor.

O documento para os constituintes, na forma de um projeto de lei, resulta de um trabalho iniciado desde agosto passado que envolveu centenas de entidades da sociedade civil, como a Organização Mundial de Educação pré-Escolar, a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, a Sociedade Brasileira de Pediatria, a OAB, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a Fenaj e a Unicef.

Ivaldo Cavalcante

Entre os principais artigos do projeto, estão a garantia de assistência integral à saúde da criança e do adolescente e a implantação, em caráter prioritário, de programa de assistência materno-infantil. Na área de educação, estabelece a obrigação do Estado de garantir a oferta gratuita deste bem à criança de zero a seis anos em instituições como creches e pré-escolas.

O coordenador da Comissão, Vital Didoned, explicou que a proposta ainda prevê a punição da violência de qualquer natureza, física, mental ou psicológica contra as crianças, enquadrando-a como crime. «Na área de trabalho» — frisou ele — «propomos a idade de 14 anos, como mínima para o trabalho do menor, assegurando-se

os mesmos direitos trabalhistas dos adultos».

Na sua opinião, os problemas das crianças hoje no país devem ser olhados sob um prisma novo e não pela concepção paternalista do Estado, apesar desse trabalho ser necessário principalmente agora às vésperas do novo texto constitucional do país, que deverá consagrar, entre outros pontos, o próprio direito à vida.

«Só para se ter uma idéia, de cada mil crianças que nascem, 68 morrem antes de completar a primeira semana de vida e, no Nordeste, isso é mais grave, com um percentual de 105 por mil. Isso, sem dúvida, não pode mais continuar», finalizou.

ANC 88

Pasta 24 a 30

Abril/87

023



Duzentas crianças foram ao Congresso levar propostas que querem inseridas na nova Carta

## Discriminação faz menino chorar

No meio da alegria de dezenas de crianças, um garoto não tinha motivos para sorrir. Seu nome: André Luis Jesus da Silva, de 12 anos. Em meio à festa que corria solta no Salão Negro do Congresso, ele não agüentou e, sentado num pequena escada, chorou.

O motivo para sua tristeza parecia simplório. A Embaixada da Paz — um grupo de artistas e educadores que trabalham com os meninos de rua do Rio de Janeiro — que trouxe André como representante eleito desses meninos, não participou da solenidade da entrega do documento alegando discriminação por parte da Comissão Nacional da Constituinte.

«Nós trouxemos uma imensa bandeira branca com uma pomba representando a paz para ser estendida no edifício do Congresso.

Ivaldo Cavalcante



O choro do líder André Luiz

O pessoal da comissão falou que isso iria tirar a atenção das crianças, como se a luta pela paz e a luta

das crianças não tivessem relação alguma», explicou Bárbara Stella, coordenadora do grupo.

Já a Comissão Nacional dos Meninos de Rua, se sentia discriminada por não haver sido recebida pelo deputado Nelson Aguiar, presidente da Sub-comissão da Família, do Idoso e da Criança. Benedito Rodrigues, um dos diretores da entidade reclamava da falta de atenção. «Estava tudo marcado e na última hora recebemos a informação de que o deputado não poderia nos receber», disse ele.

Alheio a todas essas divergências e como a indagar porquê os adultos são tão complicados, André Luis, segurava o seu «pedaço de asfalto» contendo as principais reivindicações dos meninos de rua. Entre elas: «Queremos ter sempre roupa e sapato» e «não queremos apanhar da polícia».